



INSTITUTO FEDERAL  
SERGIPE

# Parecer da Auditoria Interna

Sobre a Prestação de Contas Anual do IFS do  
exercício de 2023





**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Camilo Sobreira de Santana – Ministro

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Getúlio Marques Ferreira – Secretário

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

Ruth Sales Gama de Andrade – Reitora

**CONSELHO SUPERIOR**

Ruth Sales Gama de Andrade – Presidente

**EQUIPE DE AUDITORIA INTERNA**

William de Jesus Santos – Auditor Titular

Fernando Augusto de Jesus Batista – Auditor Interno

Giulliano Santana Silva do Amaral – Auditor Interno

Helanne Cristianne da Cunha Pontes – Auditora Interna

Ivan Carlos de Souza – Auditor Interno

Raquel da Silva Oliveira Estácio – Auditora Interna



# SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>3</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>2. ESCOPO</b> .....	<b>6</b>
<b>3. CRITÉRIOS UTILIZADOS COMO BASE PARA A OPINIÃO GERAL</b> .....	<b>6</b>
<b>4. ANÁLISE DA AUDITORIA INTERNA</b> .....	<b>6</b>
4.1 Aderência da Prestação de Contas aos Normativos que Regem a Matéria.....	7
4.1.1 <i>Dos Elementos de Conteúdo</i> .....	7
4.1.2 <i>Da Aderência aos Princípios</i> .....	9
4.2 Conformidade legal dos atos administrativos.....	12
4.2.1 <i>Avaliação das Concessões e Pagamentos do Auxílio Permanência (PRAAE) – Relatório de Auditoria nº 003/2021:</i> .....	12
4.2.2 <i>Avaliação do Processo Eletrônico do IFS – Relatório de Auditoria nº 001/2022:</i> .....	13
4.2.3 <i>Avaliação dos Controles Internos Administrativos (ACIA) no Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE) do IFS – Relatório de Auditoria nº 002/2022:</i> .....	14
4.3 Atingimento dos objetivos operacionais.....	15
4.4 Processo de elaboração das informações contábeis e financeiras.....	16
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>6. ANEXOS</b> .....	<b>18</b>
<i>Anexo I – Questionário de Avaliação dos Elementos de Conteúdo</i> .....	18
<i>Anexo II – Questionário de Avaliação da Aderência aos Princípios para elaboração do Relatório Gestão</i> .....	21



## APRESENTAÇÃO

O Parecer da Auditoria Interna sobre a prestação de contas anual do IFS tem como finalidade **expressar opinião geral**, com base nos **trabalhos de auditorias individuais previstos e executados** no âmbito do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2023, sobre a **adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos** instituídos pela entidade.

O Parecer foi elaborado em conformidade com o Decreto n.º 3.591, de 06 de setembro de 2000, a Instrução Normativa - TCU n.º 84, de 22 de abril de 2020, a Decisão Normativa - TCU n.º 198, de 23 de março de 2022 e a Instrução Normativa – CGU n.º 5, de 27 de agosto de 2021.

ARACAJU/ SE, ABRIL DE 2024.

## **1. INTRODUÇÃO**

O **processo de prestação de contas** dos órgãos do Serviço Público Federal é uma obrigação estabelecida pela Constituição Federal de 1988 (parágrafo único do art. 70) e refere-se ao **conjunto de informações que os gestores são obrigados a divulgar anualmente, seguindo as diretrizes e regras de conteúdo definidas pelo Tribunal de Contas da União**. Assim, é mandatório que todas as Unidades Prestadoras de Contas (UPC) apresentem suas contas, sendo os gestores responsáveis por cumprir essa obrigação.

O **Relatório de Gestão** é um dos elementos que integram a prestação de contas, a qual engloba **informações** sobre planejamento e gestão, ações de supervisão e controle, além **do rol de responsáveis** e das **demonstrações contábeis** da UPC, conforme estabelecido pelo art. 8º da Instrução Normativa TCU 84/2020.

O Parecer da Auditoria Interna é um documento elaborado anualmente com o objetivo de **avaliar aspectos importantes da prestação de contas** e de **aferir o grau de aderência aos princípios e aos elementos de conteúdo** do Relatório de Gestão.

Além do mais, o Parecer da Auditoria visa **fornecer segurança razoável** quanto à conformidade legal dos atos administrativos, ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras e ao atingimento dos objetivos operacionais, fazendo isso apenas **com base nos trabalhos de auditoria realizados durante o exercício da prestação de contas**.

É importante destacar que **este documento não tem o propósito de avaliar as contas do IFS, nem os seus resultados**. E sim servir como um instrumento para orientar a melhoria do processo de prestação de contas, para que forneça à sociedade uma visão clara sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas do IFS levem à geração de valor público em curto, médio e longo prazos.

A **base normativa** do parecer dá cumprimento ao Decreto n.º 3.591/2000, art. 15, § 6º, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 4.304/2002; ao Regimento Interno da Auditoria do IFS, art. 26, incisos IV e V; e a à IN/CGU/SFC n.º 5/2021, Capítulo IV.

Por fim, ressalta-se que a existência de possíveis falhas administrativas, fraudes ou outras irregularidades que não sejam óbvias ou evidentes com base nas informações da prestação de contas, ou que exijam conhecimento profissional específico para serem detectadas, não implicam ou responsabilizam os emissores deste parecer. As informações contidas no parecer estão relacionadas aos requisitos estabelecidos pela IN CGU n.º 5/2021.

### 2. ESCOPO

Constitui **escopo** deste parecer os processos de governança, gestão de riscos e controles internos do Instituto Federal de Sergipe, com base nos trabalhos individuais de auditorias com fatos compreendidos entre 01/01/2023 a 31/12/2023, de modo a fornecer segurança razoável quanto:

- I - à aderência da prestação de contas aos normativos que regem a matéria;
- II - à conformidade legal dos atos administrativos;
- III - ao processo de elaboração de informações contábeis e financeiras;
- IV - ao atingimento dos objetivos operacionais.

### 3. CRITÉRIOS UTILIZADOS COMO BASE PARA A OPINIÃO GERAL

A prestação de contas, objeto deste parecer, foi avaliada sob o ponto de vista de sua conformidade normativa. Para tanto, foram tomados como critério a Instrução Normativa TCU n.º 84/2020 "que estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal" e a Decisão Normativa TCU n.º 198/2022, "que estabelece normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal".

Nas avaliações realizadas pela Auditoria Interna nos processos de governança, gestão de riscos e controles internos, foram tomados como critérios, especialmente, as normas internas do IFS e a legislação aplicável a cada objeto de auditoria. Especificamente, na auditoria sobre Controles Internos Administrativos em nível de entidade utilizou-se como critério o modelo COSO I.

### 4. ANÁLISE DA AUDITORIA INTERNA

Primeiramente, cabe ressaltar que o IFS não integrou a lista de unidades que terão processo formalizado para julgamento das contas dos responsáveis no exercício de 2023, relacionadas na Portaria do TCU n.º. 75/2023. Por consequência, o IFS é obrigado a fornecer e divulgar informações detalhadas e análises quantitativas e qualitativas sobre a gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do ano de 2023 em seu site oficial. Esse procedimento visa atender às exigências de controle social e institucional conforme previsto nos artigos 70, 71 e 74 da Constituição Federal, seguindo as orientações da IN-TCU n.º 84/2022 e da DN-TCU n.º 198/2022.

Assim, a prestação de contas do IFS foi realizada por intermédio do Relatório de Gestão, na forma de relato integrado, elaborado em conformidade com os elementos de conteúdo estabelecidos pelo TCU e publicado no seguinte endereço: <https://www.ifs.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao.html>.

Desta forma, os seguintes itens têm como objetivo fornecer análises fundamentadas nos dados do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2023, bem como no resultado dos trabalhos de auditoria realizados durante o mesmo período.

### 4.1 Aderência da Prestação de Contas aos Normativos que Regem a Matéria.

O Relatório de Gestão do IFS foi submetido a uma análise detalhada em relação aos requisitos legais estabelecidos pela Instrução Normativa-TCU n.º 84/2020, Decisão Normativa-TCU n.º 198/2022 e ao Guia para Elaboração do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado, versão 2022.

É importante ressaltar que esta análise se concentrou estritamente nos aspectos formais, de estrutura e formalização do relatório, avaliando sua **conformidade** com os critérios de conteúdo e forma estabelecidos pelo TCU, além dos **princípios** estipulados pela legislação vigente.

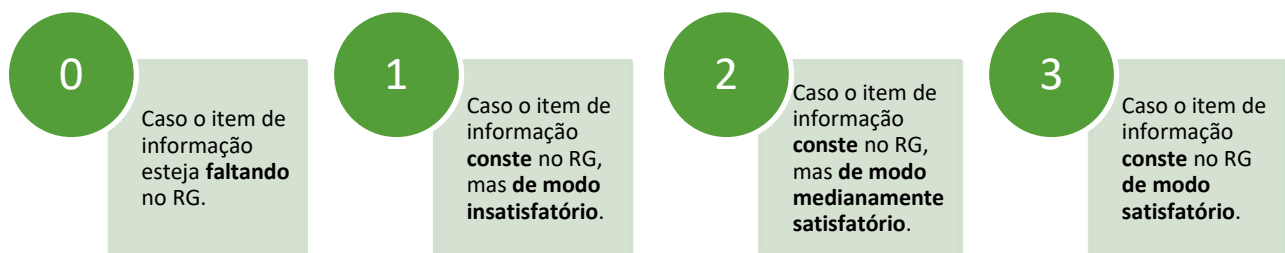
Para conduzir essa avaliação, utilizamos a ferramenta "Autoavaliação do Relatório de Gestão – Versão 2023", fornecida pelo próprio TCU *para possibilitar que as próprias Unidades Prestadoras de Contas (UPC) e as unidades de auditoria interna avaliem e aprimorem constantemente seu processo de elaboração de relatórios de gestão*, com o objetivo de auxiliar a organização na melhoria desse crucial processo de governança, assegurando a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e fomentando a transparência.

A avaliação foi iniciada em 10/04/2024, quando do envio do Relatório de Gestão pelo presidente da Comissão de elaboração e divulgação da Prestação de Contas do IFS - Exercício 2023 para a Audint.

#### 4.1.1 Dos Elementos de Conteúdo

Essa avaliação consistiu em **verificar a presença de cada elemento de conteúdo requerido para o Relatório de Gestão**, conforme Anexo da DN-TCU nº 198/2022, e atribuir a seguinte pontuação:

Figura 1 – Pontuação da avaliação dos elementos de conteúdo.



Fonte: Adaptado do TCU.

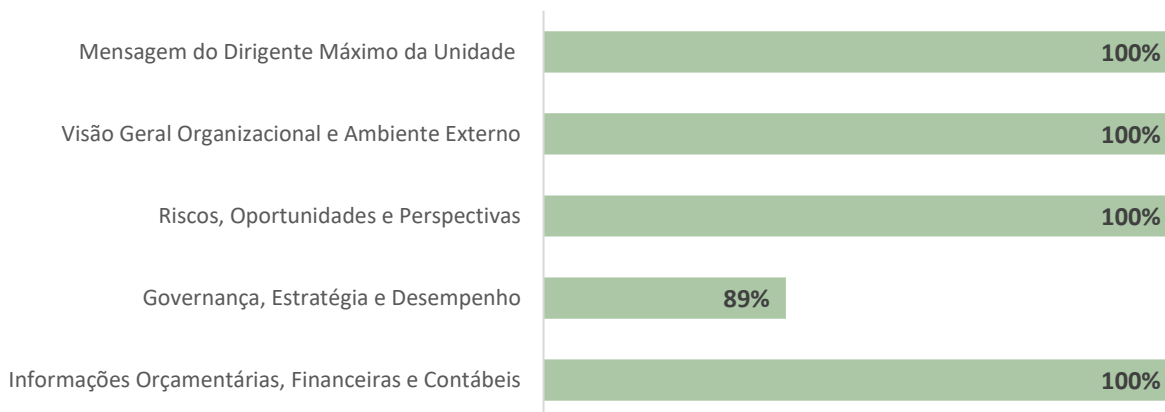
## PARECER DA AUDITORIA INTERNA DO IFS SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2023

Finalizada a aplicação a fase de pontuar cada quesito, cuja avaliação pode ser consultada no [Anexo I](#) deste Parecer, a Audint chegou no seguinte resultado:



A figura a seguir traz o resultado da avaliação por capítulo do Relatório de Gestão:

Figura 2 – Resultado da avaliação dos elementos de conteúdo por Capítulo.



Fonte: Audint/IFS.

Da análise dos resultados acima percebe-se que o capítulo **“Governança, Estratégia e Desempenho”** demonstrou **aderência parcial** aos normativos do TCU pelos seguintes motivos:

### Governança, Estratégia e Desempenho

**Elemento de conteúdo:** 17. Planos de curto prazo da organização com a indicação dos objetivos anuais, das medidas, iniciativas, projetos e programas necessários ao seu alcance, dos prazos, dos responsáveis, das metas para o período a que se refere o relatório de gestão, e os resultados alcançados comparando-os com as metas e os objetivos pactuados.

**Avaliação da Audint:** Apesar de constar no item os objetivos ligados a cada perspectiva, o quantitativo de ações planejadas e concluídas no exercício, bem como os principais resultados alcançados, percebe-se a ausência de um maior detalhamento sobre como medidas, iniciativas, projetos e programas necessários ao alcance dos objetivos estabelecidos para o exercício de 2023, bem como dos prazos e dos responsáveis.

**Elemento de conteúdo:** 20. Principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas pela UPC para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

**Avaliação da Audint:** Apesar de trazer um link com as áreas relacionadas à supervisão, controle e correição, no Relatório de Gestão, em si, não há menção das principais ações realizadas pela Audint em 2023, sendo que o leitor



ao acessar o documento terá a falsa impressão da inexistência das ações realizadas pelo setor e que encaminhamos para a Comissão de Elaboração do RG.

### Recomendações de melhoria sobre os Elementos de Conteúdo:

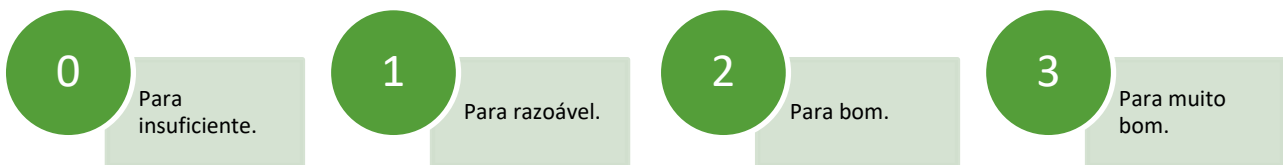
Diante de toda análise acima, recomendamos, acerca dos elementos de conteúdo:

- Trazer um maior detalhamento sobre os planos de curto prazo do IFS, com o objetivo de deixar claro para a sociedade até que ponto o IFS alcançou seus objetivos no exercício ou informar que todos esses dados estão disponíveis no próprio Plano Anual de Trabalho (PAT), justamente com o link para acesso;
- Listar as ações realizadas pela Auditoria Interna durante exercício do Relatório de Gestão.

#### 4.1.2 Da Aderência aos Princípios

Essa avaliação consistiu em verificar a **observância dos princípios para elaboração do Relatório de Gestão (RG)**, conforme a IN-TCU nº 84/2020 e publicação Relatório de Gestão: Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado, e atribuir a seguinte pontuação:

Figura 3 – Pontuação da avaliação de aderência aos princípios para elaboração do Relatório Gestão.



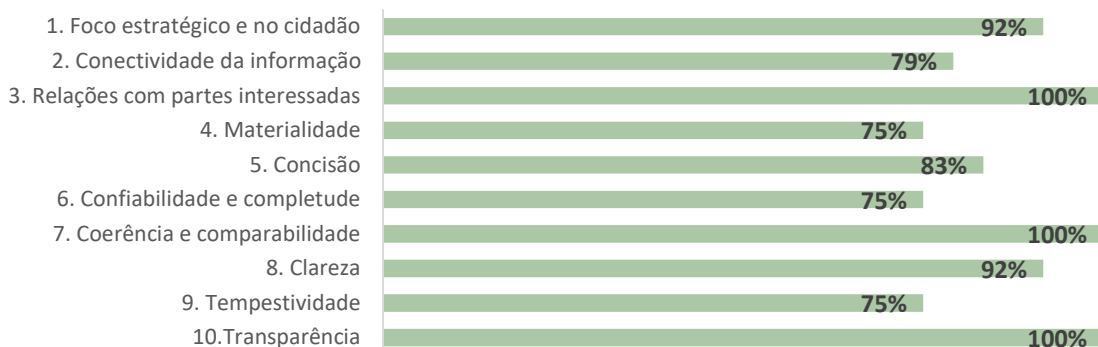
Fonte: Adaptado do TCU.

Finalizada a aplicação a fase de pontuar cada quesito, cuja avaliação pode ser consultada no [Anexo II](#) deste Parecer, a Audint chegou no seguinte resultado:



A figura a seguir traz o resultado da avaliação por cada um dos dez princípios:

Figura 4 – Resultado da avaliação de aderência aos princípios para elaboração do RG.



Fonte: Audint/IFS

Veja a seguir as observações da Audint para as avaliações realizadas:

### Princípio 1 – Foco estratégico e no cidadão:

Além de prestar contas sobre os fatos pretéritos, os responsáveis devem **apresentar a direção estratégica da organização** na busca de resultados para a sociedade, **proporcionando uma visão de como a estratégia se relaciona com a capacidade de gerar valor público no curto, médio e longo prazos e demonstrar o uso que a UPC faz dos recursos, bem como os produtos, os resultados e os impactos produzidos.**

#### Quesitos

- b) Há contextualização dos objetivos estratégicos em um quadro de geração de valor a curto, médio e longo prazos.
- g) Os principais processos produtivos estão associados a objetivos táticos e operacionais.

#### Avaliação da Audint:

Tendo em vista que o princípio em questão sugere que o RG proporcione uma visão de como a estratégia se relaciona com a capacidade de gerar valor público no curto, médio e longo prazos, a Audint verificou que os itens que tratam da “contextualização dos objetivos estratégicos em um quadro de geração de valor a curto, médio e longo prazos” e de como “os principais processos produtivos estão associados a objetivos táticos e operacionais” podem ser aperfeiçoados.

### Princípio 2 – Conectividade da informação:

As informações devem **mostrar uma visão integrada da inter-relação entre os resultados alcançados, a estratégia de alocação dos recursos e os objetivos estratégicos** definidos para o exercício; e da **inter-relação e da dependência entre os fatores que afetam a capacidade de a UPC alcançar os seus objetivos ao longo do tempo.**

#### Quesitos

- d) Há um desdobramento claro dos objetivos estratégicos em objetivos táticos e operacionais.
- h) Há uma demonstração da relação entre indicadores financeiros (despesas e receitas - situação atual e evolução) e resultados e valor gerado (situação atual e valor gerado).

#### Avaliação da Audint:

Embora haja um tópico no RG que aborde os 'Planos de curto prazo da organização', a Audint enxerga que pode haver espaço para maior clareza no desdobramento dos objetivos estratégicos em objetivos táticos e operacionais. Em relação ao quesito h, embora tenham sido identificados indicadores financeiros e de resultados, no RG não há uma indicação clara sobre a correlação entre esses dois tipos de indicadores.

### Princípio 4 – Materialidade:

Devem ser divulgadas informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de a UPC alcançar seus objetivos de geração de valor público no curto, médio e longo prazos e com conteúdo relevante para a sociedade, em especial para os cidadãos e usuários de bens e serviços públicos, provedores de recursos, e seus representantes.

### Quesitos

a) Há informações acerca dos critérios de seleção de conteúdo em razão da materialidade.

**Avaliação da Audint:** quesito não identificado no RG.

### Princípio 5 – Concisão:

Os textos não devem ser mais extensos do que o necessário para transmitir a mensagem e fundamentar as conclusões.

### Quesitos

a) O texto é suficiente para a compreensão da mensagem.

d) A quantidade e o volume das informações apresentadas diretamente no relatório de gestão estão em volume adequado e sem excessos ou itens por demais detalhados.

### Avaliação da Audint:

Em alguns tópicos, a Audint identificou que pode haver espaço para melhoria no sentido de acrescentar uma pequena explicação sobre o gráfico ou a figura apresentada, como no caso do tópico “1.8 Modelo de negócio”, termo que o público em geral pode não estar familiarizado.

No que diz respeito à qualidade e volume das informações apresentadas, a Audint identificou alguns excessos, como o tópico “6. Informações sobre a Setorial Contábil”, que trouxe as atribuições detalhadas, bem como seus gestores, sendo que o tópico deve evidenciar as principais informações contábeis que dão suporte às informações sobre o desempenho do IFS no período, de acordo com a materialidade e a relevância para os resultados do conjunto.

### Princípio 6 – Confiabilidade e completude:

Devem ser abrangidos todos os temas materiais, positivos e negativos, de maneira equilibrada e isenta de erros significativos, de modo a evitar equívocos ou vieses no processo decisório dos usuários das informações.

### Quesito

c) Há informações sobre os processos de obtenção e produção das informações e dados que são apresentados.

**Avaliação da Audint:** quesito não identificado no RG.

### Princípio 8 – Clareza:

Deve ser utilizada linguagem simples e imagens visuais eficazes para transformar informações complexas em relatórios facilmente compreensíveis, além de fazer uma distinção inequívoca entre os problemas enfrentados e os resultados alcançados pela UPC no exercício e aqueles previstos para o futuro.

### Quesito

b) As informações são apresentadas de forma simples e objetiva.

### Avaliação da Audint:

Percebe-se a preocupação de usar linguagem simples e recursos visuais para tornar o conteúdo do RG mais compreensível para o público em geral, contudo, a Audint identificou algumas palavras no texto que podem ser de difícil entendimento, como “nesse bojo”, “envidados”. Alguns tópicos trouxeram explicações mais técnicas sem esclarecer alguns conceitos, por exemplo: modelo de negócios, dotações orçamentárias, emendas parlamentares.

### Princípio 9 – Tempestividade:

As informações devem estar disponíveis em tempo hábil para suportar os processos de transparência, responsabilização e tomada de decisão por parte dos cidadãos e seus representantes, dos usuários de serviços públicos e dos provedores de recursos, e dos órgãos do Poder Legislativo e de controle, incluindo as decisões relacionadas ao processo orçamentário e à situação fiscal, à alocação racional de recursos, à eficiência do gasto público e aos resultados para os cidadãos

### Quesitos

a) Os setores envolvidos providenciam as informações em tempo hábil à elaboração do relatório de gestão.

b) A equipe que elabora o relatório recebe as informações em tempo hábil à elaboração do relatório.

### Avaliação da Audint:

Tendo em vista que houve a necessidade de pedir prorrogação de prazo ao TCU para apresentação da Prestação de Contas do IFS, a Audint avalia que o princípio da tempestividade não foi seguido neste caso.

### Recomendações de melhoria sobre os Princípios:

Considerando todas as análises acima mencionadas, sugerimos as seguintes ações de melhoria:

- a) **Foco estratégico e no cidadão:** trazer uma contextualização mais clara sobre como os objetivos estratégicos do IFS se relaciona com a capacidade de gerar valor público no curto, médio e longo prazos e como os principais processos produtivos estão associados a objetivos táticos e operacionais;
- b) **Conectividade da informação:** trazer maior clareza sobre como os objetivos estratégicos se desdobram em objetivos táticos e operacionais. Detalhar sobre como os indicadores financeiros e de resultados se correlacionam entre si para o alcance dos objetivos traçados;
- c) **Materialidade:** informar quais são os critérios de seleção dos temas e conteúdos incluídos no Relatório de Gestão, como relação e relevância com os objetivos estratégicos e com os indicadores de resultado previstos no PDI;
- d) **Concisão:** revisar o conteúdo do RG com o objetivo de identificar pontos de melhoria no sentido de explicar melhor figuras e gráficos que podem parecer complexos para o público em geral e reduzir (ou mesmo eliminar) informações que não são relevantes para o entendimento do desempenho e resultados do IFS;
- e) **Confiabilidade e completude:** adicionar informação sobre os processos de obtenção e produção das informações e dados que são apresentados no RG;
- f) **Clareza:** analisar o texto e trocar palavras difíceis por termos mais simples que sejam mais compreensíveis para todos os leitores. Quando houver termos técnicos, explicar o significado deles para facilitar o entendimento e deixar o assunto mais claro;
- g) **Tempestividade:** Esforçar-se para que a prestação de contas dos anos seguintes seja realizada de forma tempestiva.

### 4.2 Conformidade legal dos atos administrativos

Primeiramente, apresentaremos a seguir um resumo **de cada trabalho de auditoria** executado em 2023 e **seus principais resultados**. Com base nessas informações, será possível fornecer segurança razoável quanto à conformidade legal dos atos administrativos do IFS.

#### **4.2.1 Avaliação das Concessões e Pagamentos do Auxílio Permanência (PRAAE) – Relatório de Auditoria n° 003/2021:**

- **Critério de seleção da avaliação:** Avaliação Baseada em Riscos realizada pela Audint.
- **Objetivo geral:** Verificar a cumprimento aos normativos pertinentes na concessão e pagamento do Auxílio Permanência (PRAAE), incluindo os em caráter emergencial oferecidos em decorrência da pandemia da COVID-19.

## PARECER DA AUDITORIA INTERNA DO IFS SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2023

- **Escopo:** Processos de concessão e pagamento do Auxílio Permanência (PRAAE) concedidos em 2019 e 2020 em todos os campi do IFS.
- **Resumo das constatações:** Seis constatações trazidas no Relatório envolveram impropriedades relativas à pagamentos divergentes do valor estabelecido no edital, antecipação de despesas, ausência de memória de cálculo para pagamento proporcional, divergências entre cláusulas de editais e normativos internos, falta de documentação para cadastramento de alunos e ausência de acompanhamento efetivo dos beneficiários de auxílios de permanência.
- **Resumo das recomendações:** Foram emitidas 47 recomendações com o objetivo de corrigir as impropriedades e melhorar os controles internos desse processo, como a conformidade dos editais e dos pagamentos com a base normativa vigente e melhoria do acompanhamento sistemático dos estudantes assistidos. Ressalta-se que das 47 recomendações emitidas, 12 foram resolvidas e 35 continuam pendentes.
- **Conclusões do trabalho:** Apesar da existência de normativos internos e de um sistema próprio para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao processo de avaliação das concessões e pagamentos do PRAAE do IFS, a auditoria identificou a ausência de um acompanhamento efetivo por parte dos gestores e responsáveis, que poderia ter contribuído para mitigar as falhas encontradas.
- **Link de acesso ao relatório:** [Relatório de Auditoria nº 003/2021.](#)

### **4.2.2 Avaliação do Processo Eletrônico do IFS – Relatório de Auditoria nº 001/2022:**

- **Critério de seleção da avaliação:** Solicitação do TCU (por força do subitem 9.2.5 do Acórdão nº 484/2021 – TCU – Plenário)
- **Objetivo geral:** Induzir a implementação do processo eletrônico e do módulo de Pesquisa Pública no âmbito do IFS.
- **Escopo:** Análise da implementação das determinações 9.1 e 9.2, constantes no Acórdão nº 484/2021 – TCU – Plenário.
- **Resumo das constatações:** Cinco impropriedades identificadas neste trabalho de auditoria incluem a falta de transparência e consulta pública adequada dos documentos, divergências na classificação, ausência de destaque para a funcionalidade de pesquisa, e a falta de requisitos arquivísticos, de segurança e política de dados abertos no regulamento do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
- **Resumo das recomendações:** Foram emitidas seis recomendações para que o IFS possa garantir a consulta pública dos documentos eletrônicos, o correto cadastro de documentos e processos no SEI, a implementação de um botão de pesquisa destacado, a disponibilização dos documentos no portal do IFS e inclusão dos requisitos legais sobre requisitos arquivísticos, de segurança e de transparência ativa nos normativos internos. Ressalta-se que as seis recomendações continuam pendentes de atendimento desde o último monitoramento do relatório de auditoria em questão.
- **Conclusões do trabalho:** Apesar da existência de normativos internos que versam sobre o tema e a utilização do Sistema SEI, após a avaliação da Audint ficou evidente a ausência de implantação de um módulo de pesquisa pública, visando facilitar o acesso às informações pelos cidadãos, bem como garantir a transparência ativa.

## PARECER DA AUDITORIA INTERNA DO IFS SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2023

- **Link de acesso ao relatório:** [Relatório de Auditoria nº 001/2022.](#)

### **4.2.3 Avaliação dos Controles Internos Administrativos (ACIA) no Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE) do IFS – Relatório de Auditoria nº 002/2022:**

- **Critério de seleção da avaliação:** Avaliação Baseada em Riscos realizada pela Audint.
- **Objetivo geral:** Avaliar a estrutura dos controles adotados, com vistas a evitar a ocorrência de impropriedades e irregularidades na condução dos processos e operações sistêmicas, analisando a adoção de princípios, atividades, e instrumentos próprios e específicos.
- **Escopo:** Exame da estrutura dos controles internos do PAE, buscando identificar práticas da gestão que contribuíssem para o fortalecimento dos cinco componentes da metodologia COSO I (ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e atividades de monitoramento), conforme os critérios da Materialidade, Relevância e Criticidade.
- **Resumo das constatações:** Cinco impropriedades identificadas neste trabalho de auditoria incluem a ausência de formalização do ambiente de controle, a falta de adoção da avaliação de riscos, a ausência de formalização das principais atividades de controle, a falta de formalização do tratamento das informações e comunicação, e a não adoção de avaliações pelo gestor para identificar pontos fracos nos controles internos do programa.
- **Resumo das recomendações:** Foram emitidas do 12 recomendações com o objetivo de fomentar a melhoria do Programa de Acompanhamento de Egressos, principalmente no que diz respeito aos controles internos, tais como: estabelecer formalmente funções e responsabilidades, identificar e considerar riscos, integrar atividades de controle com avaliação de riscos, adotar sistemas informatizados seguros, formalizar fluxogramas e procedimentos, documentar e comunicar informações relevantes, transmitir internamente informações sobre controles, estabelecer canal de comunicação para dúvidas e reclamações, e promover monitoramento sistemático dos controles internos. Ressalta-se que as 12 recomendações ainda não foram monitoradas pela Audint.
- **Conclusões do trabalho:** O nível de maturidade dos controles do Programa de Acompanhamento de Egressos do IFS foi avaliado como inicial/básico, indicando a necessidade de aprimoramento. Apesar da existência de uma Política aprovada, há falta de implementação prática das funções e responsabilidades dos servidores, bem como de capacitação adequada. Adicionalmente, não há acompanhamento efetivo das atividades do programa nem identificação dos riscos envolvidos.
- **Link de acesso ao relatório:** [Relatório de Auditoria nº 002/2022.](#)

Com base nos resultados das auditorias realizadas em 2023, fica evidente a **importância de fortalecer os controles internos e as práticas de governança** no âmbito do IFS. Tanto na avaliação das concessões e pagamentos do Auxílio Permanência (PRAAE) quanto na análise do Processo Eletrônico do IFS, **foram identificadas impropriedades que demandam atenção imediata por parte dos gestores e responsáveis**. A ausência de um acompanhamento efetivo, como observado no processo do PRAAE, e a falta de implantação de um módulo de pesquisa pública, conforme apontado na avaliação do Processo Eletrônico, **representam lacunas significativas que**

têm o potencial de comprometer a eficácia e transparência das operações institucionais. Somente através do compromisso com a melhoria contínua e o aprimoramento dos sistemas de controle interno, será possível assegurar a eficiência e integridade das atividades desenvolvidas pela instituição.

### 4.3 Atingimento dos objetivos operacionais

No que se refere à **avaliação do alcance dos objetivos operacionais do IFS**, a Audint identificou a correlação entre os objetos dos trabalhos de auditoria realizados, os Objetivos Estratégicos (OE) e as Iniciativas Estratégicas (IE) delineados pelo IFS em 2023, conforme estabelecido no Plano Anual de Trabalho (PAT) aprovado pela Deliberação CGIRC/IFS nº 28, de 19/12/2022. O PAT relata as **ações**, os prazos e os responsáveis pela execução das iniciativas a serem realizadas ao longo do ano.

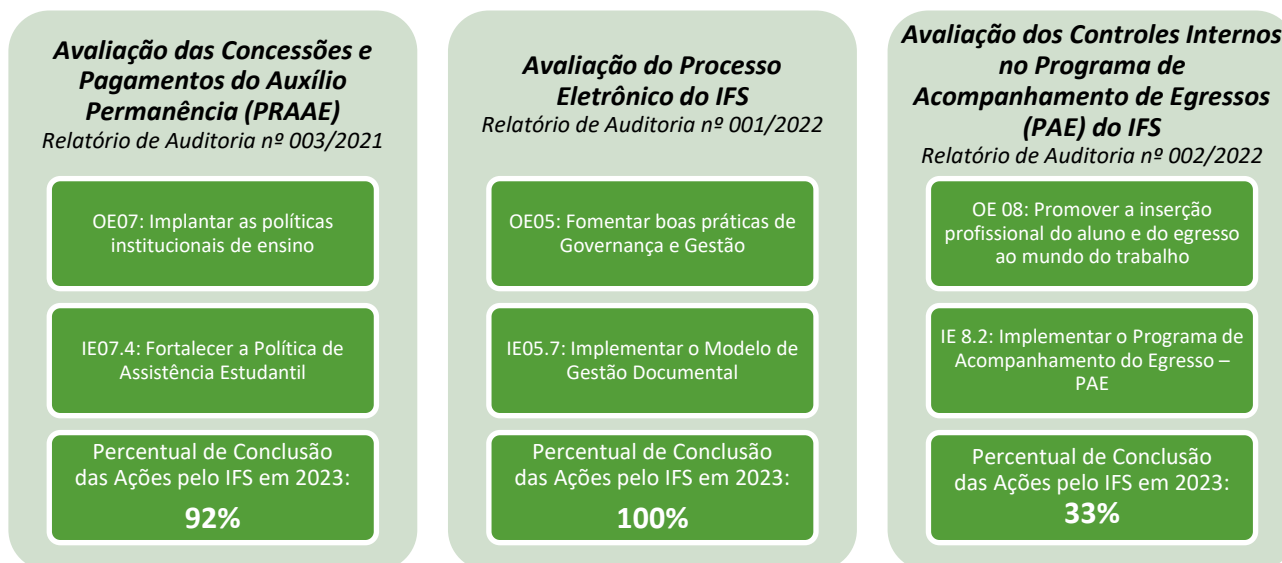
Figura 5 – Processo para identificar a correlação entre os objetos de auditoria com os objetivos operacionais



Fonte: Audint/IFS

Em seguida, com o intuito de avaliar o alcance dos objetivos operacionais do IFS, foi verificado o status de conclusão das ações planejadas no PAT 2023 para cada Iniciativa Estratégica, o que possibilitou calcular o Percentual de Conclusão destas Ações. Os resultados desse levantamento podem ser visualizados na figura a seguir:

Figura 6 – Resumo dos percentuais de conclusão das ações previstas no PAT 2023 correlacionadas com os objetos de auditoria.



Fonte: Audint/IFS

#### **4.4 Processo de elaboração das informações contábeis e financeiras**

Como não foi realizado nenhum trabalho individual nessa área em 2023, a Audint se abstém de emitir qualquer opinião sobre o processo de elaboração das informações contábeis e financeiras, não havendo, portanto, evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a opinião sobre o tema.

Ressalte-se que a seleção dos objetos a serem auditados no ano é feita com base em fatores de risco.

Assim, registra-se a **negativa de opinião**, conforme dispõe o §2º do art. 16 da IN SFC/CGU N.º 05/2021: “Se a unidade de auditoria interna não puder se manifestar sobre algum dos incisos deste artigo, ela deverá registrar no parecer a negativa de opinião justificada”.

#### **5. CONCLUSÃO**

Pelas razões expostas, acerca da prestação de contas do IFS relativa ao Exercício de 2023, opina-se com assecuração razoável:

- a) quanto à aderência do Relatório de Gestão às determinações estabelecidas na DN TCU nº198/2022 que atendem, no percentual de 97% às determinações do TCU quanto aos elementos de conteúdo;
- b) quanto à aderência do Relatório de Gestão às determinações estabelecidas na IN-TCU 84/2020 e na publicação Relatório de Gestão: Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado que atendem, no percentual de 87% às determinações do TCU quanto aos princípios;
- c) apresentam-se as ressalvas destacadas no tópico 4.2 e 4.3 quanto à conformidade legal dos atos administrativos e o atingimento dos objetivos operacionais; e
- d) registra-se negativa de opinião quanto ao processo de elaboração de informações contábeis e financeiras, conforme explicitado no tópico 4.4.

A opinião geral da Auditoria Interna, em atenção às disposições constantes do Referencial Técnico de Auditoria Governamental do Poder Executivo Federal, pontuadas as ressalvas destacadas no presente parecer, é de que a Prestação de Contas Anual da Instituto Federal de Sergipe do exercício de 2023 está adequada em seus aspectos relevantes e de acordo com a legislação pertinente.

Aracaju/SE, 15 de abril de 2024.



**PARECER DA AUDITORIA INTERNA DO IFS  
SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2023**

***William de Jesus Santos***  
***Titular de Auditoria Interna***

***Helanne Cristianne da Cunha Pontes***  
***Auditora Interna IFS***

***Giulliano Santana Silva do Amaral***  
***Auditor Interno IFS***

***Raquel da Silva Oliveira Estácio***  
***Auditora Interna IFS***

***Fernando Augusto de Jesus Batista***  
***Auditor Interno IFS***

***Ivan Carlos de Souza***  
***Auditor Interno IFS***

## 6. ANEXOS

### Anexo I – Questionário de Avaliação dos Elementos de Conteúdo

Capítulo	Elementos de conteúdo requeridos do Relatório de Gestão (RG) (Anexo da DN-TCU 198/2022)	Pontuação para a presença do conteúdo:  0 - item de informação está faltando no RG; 1 - item de informação consta no RG, mas de modo insatisfatório; 2 - item de informação consta no RG, mas de modo medianamente satisfatório; 3 - item de informação consta no RG de modo satisfatório.
Mensagem do dirigente máximo da unidade	1. Apresentação, em forma de tabelas e gráficos, dos <b>principais resultados alcançados</b> , incluindo aqueles que indiquem o <b>grau de alcance das metas</b> fixadas nos planos da organização, considerando os objetivos estratégicos e de curto prazo, bem como as <b>prioridades da gestão</b> [UPC em números], que estão mais bem detalhados no corpo do relatório.	3
	2. A mensagem do dirigente deve conter o <b>reconhecimento de sua responsabilidade</b> por assegurar a integridade (fidedignidade, precisão e completude) do relatório de gestão, <b>ou deve conter as ressalvas quanto a esse aspecto</b> e as medidas adotadas para a correção dos problemas.	3
Visão geral organizacional e ambiente externo: (1) O que é a organização, o que faz e quais são as circunstâncias em que atua?; (2) Qual o modelo de negócios da organização?; (3) Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório de gestão e como estes temas são quantificados ou avaliados?	3. Identificação da UPC e declaração da sua <b>missão e visão</b> .	3
	4. <b>Principais normas direcionadoras</b> de sua atuação, com links de acesso respectivos.	3
	5. <b>Organograma da estrutura organizacional</b> , incluindo as estruturas de governança (conselhos ou comitês de governança, entre outros).	3
	6. Apresentação do <b>modelo de negócios</b> da UPC, abrangendo insumos, atividades, produtos, impactos, valor gerado e seus destinatários e <b>diagrama de cadeia de valor</b> , visando proporcionar compreensão abrangente da visão geral organizacional.	3
	7. Se for o caso, a <b>relação de políticas e programas de governo/ações orçamentárias</b> , bem como de <b>programas do Plano Plurianual</b> , de outros planos nacionais, setoriais e transversais de governo nos quais atua, com seus <b>respectivos objetivos e metas</b> .	3
	8. Informações sobre <b>contratos de gestão firmados e de que forma são integrados no valor gerado pela unidade</b> .	3
	9. Relação com o <b>ambiente externo</b> e com os <b>destinatários dos bens e serviços</b> produzidos pela organização.	3
	10. <b>Capital social e participação em outras sociedades</b> , se aplicável.	N/A
Riscos, oportunidades e perspectivas: (1) Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade de a organização gerar valor em curto, médio e longo prazo e como a organização lida com esses riscos?	11. <b>Principais riscos identificados</b> que podem afetar a capacidade de a UPC alcançar seus objetivos e <b>como a UPC lida com essas questões</b> .	3
	12. Quais são as <b>principais oportunidades identificadas</b> que podem aumentar a capacidade de a UPC atingir seus objetivos e as <b>respectivas ações para aproveitá-las</b>	3
	13. As <b>fontes específicas de riscos e oportunidades</b> , que podem ser internas, externas ou, normalmente, uma combinação das duas;	3

## PARECER DA AUDITORIA INTERNA DO IFS SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2023

<p><b>(2) Quais os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao buscar executar seu plano estratégico e as potenciais implicações para seu modelo de negócio e desempenho futuro?</b></p>	<p><b>14. Avaliação, pela UPC, da probabilidade de que o risco ou a oportunidade ocorram e a magnitude de seu efeito, caso isso aconteça, levando em consideração, inclusive, as circunstâncias específicas que levariam à ocorrência do risco ou da oportunidade.</b></p>	<p>3</p>
<p><b>Governança, estratégia e desempenho:</b>  <b>(1) Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?</b>  <b>(2) Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo? e</b>  <b>(3) Quais os principais resultados alcançados e até que ponto a organização alcançou seus objetivos no exercício?</b></p>	<p><b>15. Descrição de como a estrutura de governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos, abordando o relacionamento com a sociedade e as partes interessadas da organização, bem como a consideração de suas necessidades e expectativas na definição da estratégia, a gestão de riscos e a supervisão da gestão.</b></p> <p><b>16. Objetivos estratégicos, responsáveis, indicadores de desempenho, com as metas pactuadas para o período e seu desdobramento anual, bem como sua vinculação ao Plano Plurianual, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior, indicando os resultados já alcançados, comparando-os com as metas e os objetivos pactuados.</b></p> <p><b>17. Planos de curto prazo da organização com a indicação dos objetivos anuais, das medidas, iniciativas, projetos e programas necessários ao seu alcance, dos prazos, dos responsáveis, das metas para o período a que se refere o relatório de gestão, e os resultados alcançados comparando-os com as metas e os objetivos pactuados.</b></p> <p><b>18. Apresentação resumida dos resultados das principais áreas de atuação e/ou de operação/atividades da UPC e dos principais programas, projetos e iniciativas, abrangendo ainda, conforme o caso, a contribuição de autarquias e fundações vinculadas e de empresas controladas, contratos de gestão e SPEs, conforme a materialidade da contribuição dos segmentos na composição do valor gerado pela UPC.</b></p> <p><b>19. Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados, a exemplo dos que foram tratados pelo TCU nos Acórdãos 588/2018-Plenário e 2.699/2018-Plenário (ambos da Relatoria do Ministro Bruno Dantas).</b></p> <p><b>20. Principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas pela UPC para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos;</b></p>	<p>3</p> <p>3</p> <p>2</p> <p>3</p> <p>3</p> <p>2</p>
<p><b>Informações orçamentárias, financeiras e contábeis: Quais são as principais informações orçamentárias, financeiras e contábeis, inclusive de custos, que dão suporte às informações sobre o desempenho da organização no período? (A evidenciação deve contemplar as principais unidades que compõem a UPC, de forma individual e agrupada, de acordo com a materialidade e a relevância para os resultados do conjunto).</b></p>	<p><b>21. Resumo da situação financeira contábil da UPC (saldos das principais contas e/ou grupos de contas, resultados, receitas e despesas) e da evolução no exercício de referência e em comparação com o último exercício.</b></p> <p><b>22. As contas relativas aos fundos de financiamento devem apresentar informações sobre o patrimônio global e os resultados das operações de crédito realizadas à conta desses recursos em face dos objetivos estabelecidos.</b></p> <p><b>23. Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira da UPC no exercício.</b></p> <p><b>24. Conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e as medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos.</b></p> <p><b>25. Indicações de locais ou endereços eletrônicos em que demonstrações contábeis e notas explicativas estão publicadas e/ou podem ser acessadas em sua íntegra.</b></p>	<p>3</p> <p>N/A</p> <p>3</p> <p>N/A</p> <p>3</p>

## PARECER DA AUDITORIA INTERNA DO IFS SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2023

26. Esclarecimentos acerca da **forma como foram tratadas as demonstrações contábeis** em caso de a UPC possuir em sua composição mais de uma entidade contábil, considerando que:

- as UPC que compreenderem apenas um órgão no Siafi devem considerar os valores contábeis consolidados nesse órgão;
- as UPC que compreenderem mais de um órgão no Siafi devem apresentar informações referentes aos principais dados desses órgãos de forma individualizada e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC;
- as UPC que não atuam no Siafi devem adotar procedimento semelhante, considerando que, caso haja em sua composição unidades com estrutura contábil independente, devem apresentar informações contábeis resumidas referentes aos principais saldos das contas dessas unidades de forma individualizada, e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC.

N/A

## PARECER DA AUDITORIA INTERNA DO IFS SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2023

### Anexo II – Questionário de Avaliação da Aderência aos Princípios para elaboração do Relatório Gestão.

Princípios e quesitos	Avaliação do quesito
	3 para muito bom 2 para bom 1 para razoável 0 para insuficiente
<b>1. Foco estratégico e no cidadão:</b> Além de prestar contas sobre os fatos pretéritos, os responsáveis devem apresentar a direção estratégica da organização na busca de resultados para a sociedade, proporcionando uma visão de como a estratégia se relaciona com a capacidade de gerar valor público no curto, médio e longo prazos e demonstrar o uso que a UPC faz dos recursos, bem como os produtos, os resultados e os impactos produzidos.	
a) Os objetivos estratégicos estão claramente apresentados e compreensíveis.	3
b) Há contextualização dos objetivos estratégicos em um <u>quadro de geração de valor a curto, médio e longo prazos</u> .	2
c) Há considerações sobre <u>riscos</u> e <u>oportunidades</u> claramente associadas à definição dos objetivos estratégicos e à sustentabilidade dos capitais em razão do uso de seus recursos nos processos produtivos.	3
d) Há uma demonstração de como os recursos ou capitais são utilizados e combinados para produção de bens e serviços (modelo de negócios).	3
e) A estratégia considera <u>medidas atuais e futuras</u> de manutenção, regeneração, priorização ou aprimoramento dos capitais, em razão do uso de seus recursos em sua operação.	3
f) Há clareza na apresentação dos principais processos produtivos, bem como dos capitais que estão previstos para eles e dos bens e serviços a serem produzidos.	3
g) Os principais processos produtivos estão associados a objetivos táticos e operacionais.	2
h) Os principais processos produtivos possuem indicadores e metas associados.	3
<b>2. Conectividade da informação:</b> As informações devem mostrar uma visão integrada da inter-relação entre os resultados alcançados, a estratégia de alocação dos recursos e os objetivos estratégicos definidos para o exercício; e da inter-relação e da dependência entre os fatores que afetam a capacidade de a UPC alcançar os seus objetivos ao longo do tempo.	
a) Os objetivos estratégicos estão justificados em função da missão da organização.	3
b) A estratégia do exercício corrente leva em consideração uma avaliação dos resultados de exercícios anteriores.	3
c) A organização demonstra como seus objetivos estão associados ao atendimento dos legítimos interesses e necessidades das principais partes interessadas.	3
d) Há um <u>desdobramento claro</u> dos objetivos estratégicos em objetivos táticos e operacionais.	1
e) Há clara <u>demonstração</u> de bens e serviços efetivamente produzidos, associada aos principais processos produtivos, aos objetivos operacionais e a indicadores e metas.	3
f) São demonstrados <u>os custos e capitais efetivamente utilizados</u> na produção de bens e serviços dentro dos principais processos produtivos.	3
g) Está demonstrado o valor público gerado em função de bens e serviços produzidos, inclusive por meio de metas alcançadas, e dos resultados e do impacto para os interessados diretos e indiretos.	3
h) Há uma demonstração da relação entre indicadores financeiros (despesas e receitas - situação atual e evolução) e resultados e valor gerado (situação atual e valor gerado).	0
<b>3. Relações com partes interessadas:</b> As informações devem prover uma visão da natureza e da qualidade das relações que a UPC mantém com suas principais partes interessadas, incluindo como e até que ponto a UPC entende, leva em conta e responde aos seus legítimos interesses e necessidades, considerando, inclusive, a articulação interinstitucional e a coordenação de processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público.	
a) Foram apresentadas ações direcionadas à identificação das partes interessadas e de suas necessidades, de acordo com a missão da UPC.	3
b) A apresentação dos objetivos estratégicos faz menção a mecanismos de identificação das necessidades das partes interessadas.	3
c) Foram informados instrumentos ou indicadores de avaliação da satisfação das partes interessadas e de como eles retroalimentam a estratégia.	3
d) Foram apresentadas informações de como a UPC avalia o valor gerado em relação a sua missão e ao valor e sustentabilidade da própria organização.	3

## PARECER DA AUDITORIA INTERNA DO IFS SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2023

**4. Materialidade:** Devem ser divulgadas informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de a UPC alcançar seus objetivos de geração de valor público no curto, médio e longo prazos e com conteúdo relevante para a sociedade, em especial para os cidadãos e usuários de bens e serviços públicos, provedores de recursos, e seus representantes.

a) Há informações acerca dos critérios de seleção de conteúdo em razão da materialidade.	0
b) As informações apresentadas estão situadas ou são agregadas numa mesma faixa de materialidade ou então em algumas faixas relevantes com a estrutura organizacional.	3
c) É possível identificar os principais processos e os principais recursos da UPC que contribuem para seu resultado geral.	3
d) É possível identificar os principais produtos e de que forma eles contribuem para o valor gerado e o resultado geral.	3

**5. Concisão:** Os textos não devem ser mais extensos do que o necessário para transmitir a mensagem e fundamentar as conclusões.

a) O texto é suficiente para a compreensão da mensagem.	2
b) Existem links para informações complementares de forma adequada apenas para complementar a informação.	3
c) A disposição do texto facilita a leitura e os infográficos estão situados em pontos adequados do conteúdo.	3
d) A quantidade e o volume das informações apresentadas diretamente no relatório de gestão estão em volume adequado e sem excessos ou itens por demais detalhados.	2

**6. Confiabilidade e completude:** Devem ser abrangidos todos os temas materiais, positivos e negativos, de maneira equilibrada e isenta de erros significativos, de modo a evitar equívocos ou vieses no processo decisório dos usuários das informações.

a) O relatório contém uma explicação do todo da gestão que permita a compreensão de suas partes e de como se conectam.	3
b) O relatório possui uma explicação do todo de seu conteúdo que facilite a compreensão de suas partes e de como estão encadeadas.	3
c) Há informações sobre os processos de obtenção e produção das informações e dados que são apresentados.	0
d) Há informações de como podem ser obtidos dados completos e mais detalhados da gestão que não estão apresentados especificamente no relatório.	3

**7. Coerência e comparabilidade:** As informações devem ser apresentadas em bases coerentes ao longo do tempo, de maneira a permitir acompanhamento de séries históricas da UPC e comparação com outras unidades de natureza similar.

a) Os objetivos estratégicos e suas metas possuem alguma contextualização com cenário externo, com ameaças e oportunidades.	3
b) Os resultados alcançados estão contextualizados no cenário externo e nos resultados de outras organizações do mesmo setor ou ramo de negócio.	3
c) Os resultados alcançados no exercício são comparados com os de outros exercícios.	3
d) Os custos e os recursos alocados são comparados com os de outros exercícios.	3

**8. Clareza:** Deve ser utilizada linguagem simples e imagens visuais eficazes para transformar informações complexas em relatórios facilmente compreensíveis, além de fazer uma distinção inequívoca entre os problemas enfrentados e os resultados alcançados pela UPC no exercício e aqueles previstos para o futuro.

a) O relatório possui uma estrutura clara e objetiva.	3
b) As informações são apresentadas de forma simples e objetiva.	2
c) A sequência de informações é logicamente adequada e alinhada com a estrutura do RI.	3
d) Há instrumentos visuais e links bem posicionados, claros e de fácil compreensão de sua informação e de sua inserção no conteúdo.	3

**9. Tempestividade:** as informações devem estar disponíveis em tempo hábil para suportar os processos de transparência, responsabilização e tomada de decisão por parte dos cidadãos e seus representantes, dos usuários de serviços públicos e dos provedores de recursos, e dos órgãos do Poder Legislativo e de controle, incluindo as decisões relacionadas ao processo orçamentário e à situação fiscal, à alocação racional de recursos, à eficiência do gasto público e aos resultados para os cidadãos.

a) Os setores envolvidos providenciam as informações em tempo hábil à elaboração do relatório de gestão.	1
b) A equipe que elabora o relatório recebe as informações em tempo hábil à elaboração do relatório.	2
c) O escopo proposto para o relatório de gestão contribui para a tempestividade em sua elaboração.	3
d) A compreensão das informações demandadas para o relatório ocorre de modo fácil e rápido.	3

**10. Transparência:** deve ser realizada a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização e a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, independente de requerimento.

a) A informação contida no relatório é compreensível para o público em geral.	3
b) A forma de apresentar as informações mostra-se adequada ao público em geral.	3
c) O relatório indica o porquê de as informações apresentadas terem sido as escolhidas para constar nos documentos.	3
d) O relatório é facilmente encontrado e foi devidamente divulgado interna e externamente.	3



# AUDINT

Auditoria Interna do IFS



[audint@ifs.edu.br](mailto:audint@ifs.edu.br)



Website



(79) 3711-1855  
1854/1880



Rua Dom José  
Thomaz, 194 -  
São José,  
Aracaju - SE